



CUIDADO!

Plano De Carreira Alterado Vida Funcional Ameaçada !

1. Não inclui bibliotecários, serventes, vigias e merendeiras no quadro de pessoal do magistério
2. Limita a possibilidade do crescimento vegetativo da remuneração e possibilita sua redução
3. Flexibilização da carga horária através da criação de carga horária temporária
4. Não prevê complementação de carga horária em outra escola
5. Transformação da regência de classe em gratificação por aula efetivamente trabalhada (1%)
6. Prevê a diminuição e perda total da regência de acordo com o número de faltas (incluem-se as faltas justificadas relacionadas às diversas licenças previstas no estatuto e aposentadoria)
7. Estabelece o controle de nossa prática pedagógica através da avaliação de desempenho e aferição de conhecimento (com critérios definidos pelo governo)
8. Fim da progressão na carreira por titulação em curso de pós-graduação
9. Fere a Constituição ao permitir transposição de cargos
10. As gratificações não acompanharão a progressão na carreira.

MOBILIZE-SE: DIGA NÃO A REFORMA DO PLANO DE CARREIRA
POR UMA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE PARA TODOS !

**Leia o quadro comparativo
com as mudanças propostas
no Plano de Carreira**

Página central

**Editorial: é
preciso lutar
contra as
reformas Pág. 2**

**20/11: Dia da
Consciência
Negra Pág. 2**

**Reforma do
PCCS Pág. 3**

**Professores
em luta no
México Pág. 6**

**Ensino
fundamental de
9 anos Pág. 7**

**Eleição para
diretores Pág. 8**

EDITORIAL

2007 será de
muita luta para
barrar reformas

Passada as eleições, voltamos a vida "normal". Porém, não tão normal assim. Com as reeleições em âmbito federal e estadual, viveremos mais um período de "Luizíadas". E, pelas notícias, teremos que lutar muito para defender nossos direitos conquistados na mobilização. Tanto o Luiz de lá quanto o Luiz daqui ameaçam vir com mais reformas.

Governo Lula

O governo federal está "cozinhando" as reformas previdenciária e trabalhista, entre outras. Na Reforma da Previdência, o governo quer dificultar ainda mais as condições para o trabalhador se aposentar e diminuir mais ainda o valor do benefício pago ao aposentado. Pretende ainda acabar com a vinculação entre o reajuste do salário mínimo e o reajuste das aposentadorias. A proposta em discussão no governo prevê que a idade mínima para se aposentar seja 65 anos.

Nas reformas trabalhista e sindical, o governo quer acabar com os nossos direitos. As duas reformas fazem parte do conjunto de políticas que os governos têm aplicado por orientação do Banco Mundial.

• "Não se pode perder a oportunidade para fazer a reforma da Previdência em 2007, no período de lua de mel do governo". (Fábio Giambiagi, economista do Ipea, órgão do Ministério do Planejamento, em *O Estado de São Paulo*, em 20 de outubro).

• "As entidades empresariais como a CNI e Fiesp já fazem carga pelo fim da multa de 40% nas rescisões contratuais, pela diluição do 13º salário em várias parcelas, redução das férias para 10 dias e diminuição da licença-maternidade de quatro para dois meses". (Revista *IstoÉ*, em 4 de outubro)

• "Também não há como fugir à reforma das relações de trabalho. A maior flexibilidade de negociação entre trabalhadores e empregadores melhora a gestão das empresas". (Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria, na *Folha de São Paulo*, em 30 de outubro)

Como se vê, quem ganha são apenas os banqueiros e as grandes empresas. Quem perde? Nós, os trabalhadores.

Na área administrativa, as PPPs (parcerias público-privadas), a privatização das reservas de petróleo e outras medidas que transferem renda e riqueza do povo para os grandes empresários.

Governo LHS

É nessa ótica de aprofundamento neoliberal que surge o anteprojeto de Plano de Carreira de Luiz Henrique da Silveira. O anteprojeto de LHS e da Secretaria de Educação (SED) visa, em seu conteúdo, superexplorar os trabalhadores em educação, quando exige o aumento da produtividade e a avaliação de desempenho sem, realmente, valorizar a categoria e qualificar o ensino público catarinense. Desta forma, tenta responsabilizar os trabalhadores pelos desmandos governamentais na educação.

Como poderão perceber nas páginas seguintes, estamos diante de um dos maiores ataques aos nossos direitos. Será preciso muita organização, muito engajamento. Teremos que pressionar os parlamentares, o governo e seus asseclas para impedirmos que esse infame plano vá para a Assembléia Legislativa. **Por isso, convocamos toda a categoria a não iniciar o ano letivo caso o projeto seja encaminhado a ALESC.**



Secom

DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

A educação precisa
romper com seus
princípios eurocêntricos

São 311 anos que este sistema racista tenta derrubar um projeto de uma sociedade socialista construído pelo povo negro, quando da institucionalização dos vários quilombos por este país afora, na qual Palmares ficou como o mais conhecido. Na perspectiva da construção de uma sociedade que respeite as diferenças étnico-raciais e sócio-culturais, que engendre sua produtividade e estabeleçam seus critérios de trocas.

Tudo isto era impossível no período colonial, imperial ou republicano, pois o que imperava era a força do capital, do racismo e da exploração. A destruição deste sistema não foi apenas uma destruição física-estrutural, mas a tentativa de destruição psicológica, social e política. Destruir os quilombos significava a destruição de qualquer possibilidade do povo negro, na época, de se insurgir contra o sistema através da construção de sociedades paralelas, os quilombos, e destruir o sonho por liberdade de fato.

Para sustentar a opressão, o sistema lança mão do tripé de sustentáculo do poder: o poder político, o poder religioso judaico-cristão e o poder militar. Mas a luta e a sabedoria da ancestralidade permitiu que fossem recriadas novas formas e modos de vida para sua sobrevivência histórica enquanto povo. Ainda que neguem, os quilombos resistiram, muitos foram desagregados, mas permaneceu a herança ancestral da vida coletiva em território acima do individual e a luta por liberdade.

Enfrentamento

Com estes princípios, os quilombos resistiram e muitos sobrevivem até hoje. E por terem subvertido a ordem, enfrentam o racismo nas suas mais perversas performances; o isolamento, o desrespeito, as ameaças e as invasões, seja dos poderes públicos locais, de particulares ou de posseiros.

Esta realidade distante do cotidiano escolar faz parte do cotidiano da nossa sociedade atual, haja visto os quase duzentos quilombos presentes em Santa Catarina. A Lei 10.639, criada para ampliar a

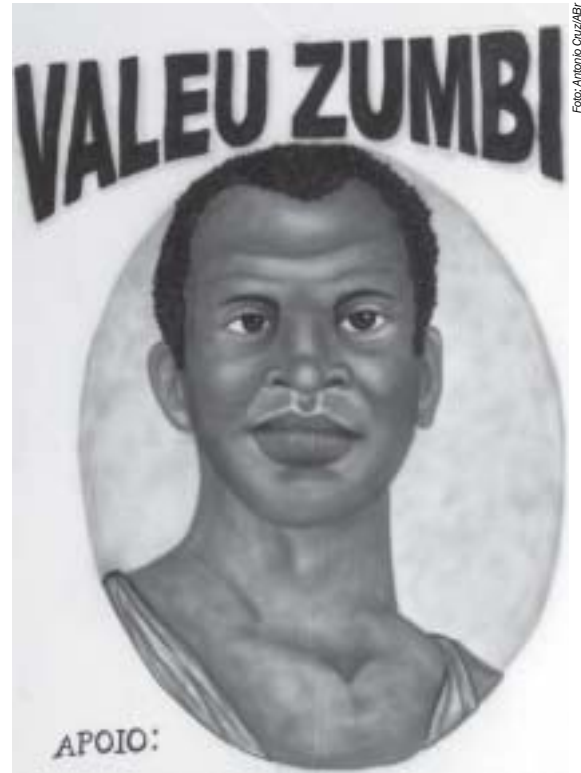


Foto: Antônia Cruz/ABr

Na sede da Fundação Palmares, em Brasília, cartaz lembra Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares morto em 20 de novembro de 1695. A data inspirou a criação do Dia Nacional da Consciência Negra

visão histórica sobre a contribuição negra em nosso país, é a prova concreta de que a educação precisa romper com seus princípios eurocêntricos para contemplar princípios educacionais advindos das matrizes indígenas, africanas, entre outras não hegemônicas em nosso sistema educacional, social e político.

Esta é uma luta do movimento negro que se converteu em desafio para toda sociedade brasileira, romper com o eurocentrismo e pensar o Brasil como um país plural do ponto de vista de sua raiz étnico-racial.

Atividades

A proposta da Feira Afro, aprovada pela Comissão para Assuntos Racial e Gênero do SINTE, foi o início de uma longa caminhada com as atividades desenvolvidas pelas regionais: Criciúma, em 24 de novembro, na Praça do Congresso, apresentou a "I Mostra Afro Estudantil". Em São José, em 25 de novembro, a atividade da "I Feira Afro" foi realizada no Colégio Estadual Maria José Barbosa. E, em São Joaquim, foi realizado o projeto Afro na E.E.B. Rocha Pombo. Temos certeza que no próximo ano outras regionais se programarão com debates, palestras e atividades culturais.

Este jornal é uma publicação do SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina - Filiado à CUT e à CNTE

Edição 36 - novembro / dezembro 2006
Endereço Rua Vidal Ramos, 31, 5º andar - Centro - Florianópolis/SC
Telefone (48) 3224-6257 Fax (48) 3222-7590
www.sinte-sc.org.br
Diagramação e projeto gráfico
Alexandre Brandão

AValiação

Reforma do Plano de Carreira pretende cortar direitos e desresponsabilizar o Estado

PCCS proposto pela SED é inspirado nas determinações dos organismos internacionais

Em tempos de globalização e neoliberalismo não houve uma única reforma que beneficiou os trabalhadores. Para os países periféricos, como o Brasil, as reformas vêm de fora para dentro, isto é, são as agências internacionais, Banco Mundial, FMI, UNESCO, entre outras, todas controladas pelos países centrais, que determinam a linha central destas reformas. Portanto, o que estamos vivenciando em Santa Catarina, em relação a proposta de criação de um fundo de pensão para os servidores estaduais e em relação ao nosso estatuto e plano de carreira, dizem respeito a políticas articuladas nacional e internacionalmente. Em vários Estados brasileiros, estão em processo reformas abrangendo as mesmas questões. Quais são as linhas centrais destas reformas? A pressão por aumento da "produtividade", o controle e – como em todas as atuais reformas – a retirada de direitos.

A pressão por aumento da produtividade e o controle dos trabalhadores em educação têm como um dos alicerces a inclusão em nosso Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) da avaliação de desempenho.

São vários os critérios que serão utilizados pela Secretaria de Educação (SED) para avaliar o desempenho dos trabalhadores em educação. Entre eles, a capacidade de iniciativa, a disciplina, a produtividade e até o empreendedorismo. O objetivo é pressionar os trabalhadores para melhorar o ritmo de trabalho e a capacidade de administrar o tempo para garantir altos níveis de desenvolvimento das instituições de ensino. A finalidade da inclusão destes e de outros critérios é a obtenção de resultados satisfatórios em relação às atribuições e metas estabelecidas pelo sistema de ensino. Conforme documentos das agências internacionais, citados no texto da professora Olinda Evangelista, na última edição do *Jornal do SINTE*, as atribuições e metas dos sistemas de ensino vêm sendo redefinidas na perspectiva da educação estar cada vez mais "em consonância com o mercado". Não é por acaso que a descentralização transformou-se em palavra de ordem, pois tal combinação implica na necessidade de se adequar as peculiaridades do mercado local, sem perder de vista as questões globais.



Samuel Gosa / Caros Amigos

"Toyotismo"
O que se pretende implantar é um modelo de gestão referenciada no novo modelo empresarial que vem ganhando espaço no processo de reestruturação do capitalismo, que é o da qualidade total ou "toyotismo", facilitando assim a consonância entre a escola e o mercado. Com isso, passa a ser valorizado o "espírito de equipe", a iniciativa de inovação, a atualização e a flexibilidade, entre outras competências, tudo voltado para as demandas do mercado.

Isso significa dizer que vamos conviver cada vez mais com uma grande diversificação das escolas, que impulsionará uma diferenciação entre as mesmas em termos de estrutura, acesso a materiais e recursos financeiros. Desse modo, as parcerias pública-privadas e a transferência de responsabilidades dos Estado para comunidades serão impulsionadas.

Aferição de conhecimento
A avaliação de desempenho não é a única forma de controle dos trabalhadores em educação que se pretende implantar. A proposta de Plano de Carreira da SED inclui outro instrumento para dar conta desta finalidade: a aferição de conhecimento.

A avaliação de desempenho não é a única forma de controle dos trabalhadores em educação que se pretende implantar. A proposta de Plano de Carreira da SED inclui outro instrumento para dar conta desta finalidade: a aferição de conhecimento. A cada três anos os trabalhadores terão que realizar uma avaliação escrita comprovando que vêm se atualizando de acordo com os critérios da SED, que serão casados com a reformulação dos projetos de formação destes trabalhadores.

Esta preocupação em controlar os trabalhadores, conforme o texto da professora Olinda Evangelista, ocorre porque na avaliação das agências internacionais estes trabalhadores em educação representam "um obstáculo e um perigo". Segundo a professora Olinda, são um obstáculo porque não se conformam e não aderem tão facilmente às políticas educacionais. E também, um perigo porque é a maior categoria mundial de funcionários públicos e possuem potencialidades subversivas. Para Evangelista, a lógica é a seguinte: como é necessário produzir alterações substanciais na mentalidade da população em função da reestruturação do capitalismo, o professor precisa ser "re-formado",

pois é um elo importante entre os interesses dominantes e a população.

Corte de direitos

Outro ponto central da reforma do nosso PCCS é a retirada de direitos. O governo está propondo uma série de mudanças em nossa carreira, conforme o quadro comparativo feito pelo SINTE e publicado na página central.

Na tabela, destacamos: 1) a diminuição do número de cargos de professor e especialista; 2) a flexibilização da carga horária de trabalho, através da criação da alteração temporária; 3) transformação da regência de classe em uma gratificação vinculada ao trabalho efetivamente realizado em sala de aula e, portanto será cortada sempre que o professor se afastar das aulas, inclusive na aposentadoria e nas licenças; 4) extinção da possibilidade de progressão na carreira no nível de pós-graduação; 5) permissão da transposição de cargos; 6) diferenciação dos professores em relação aos outros membros do magistério para concessão de férias; 7) as gratificações vão deixar de acompanhar a progressão dos vencimentos na carreira e vão passar a incidir permanentemente sobre o vencimento inicial dos graduados; entre outros.

Arrocho salarial

Com todas estas mudanças o crescimento vegetativo da nossa remuneração, aquele que ocorre independente de conquistarmos reajustes salariais, vai ser drasticamente freado, isto é, o governo quer diminuir consideravelmente o nosso ganho relativo a permanência na carreira. Soma-se a isso as dificuldades que serão criadas para se progredir na tabela salarial, já que se pretende ampliar o número de horas dos cursos de aperfeiçoamento para 120 horas. As outras possibilidades de progressão só ocorrerão se os trabalhadores em educação forem aprovados na avaliação de desempenho e na prova de aferição de conhecimentos, sendo que os critérios para esta aprovação serão todos definidos pelo poder executivo.

Política de resultados

Enfim, são profundas as mudanças na nossa carreira

presentes na proposta de reforma da SED, exatamente porque estabelece uma outra concepção de carreira e de profissional. A linha central desta concepção é a política de resultados. Pretende-se implantar na escola a mesma dinâmica de uma empresa. Em outras palavras, ou produzimos os resultados esperados pelo nosso "patrão", ou seremos discriminados e excluídos do sistema. É a velha história da necessidade da escola se adequar às transformações da sociedade, que hoje significa dizer se submeter ao atual processo de reestruturação do capitalismo.

Os trabalhadores em educação estão diante de um quadro assombroso e, em sua grande parte, devido a formação e outros fatores, não têm uma posição consolidada sobre a função social da escola e o papel político da educação pública. Por isso, correm o risco de serem iludidos pelo canto da sereia, pelas palavras sem significado dessa reforma, que manipula muitos conceitos chaves da luta dos trabalhadores e com isso consegue envolver alguns de nós.

É exatamente por isso que a discussão da proposta de reforma do nosso Plano de Carreira não pode se pautar somente nas especificidades, nos aspectos relacionados única e exclusivamente a letra da lei. É preciso dar amplitude a esta discussão, partindo de um debate acerca do que defendemos e acreditamos que deva ser o papel político da escola, que sociedade defendemos e qual é a função da escola e dos trabalhadores em educação na construção desta sociedade.

Nós não temos dúvida que, se a nossa categoria realizar este exercício de reflexão, perceberá imediatamente o quanto é necessário unir forças para lutar contra mais este ataque, que é resultado da submissão do nosso país a interesses dos países centrais. É urgente uma reação a este ataque que quem fizer contra a nossa categoria – que ainda possui, conforme diz as próprias agências internacionais, força de resistência – porque além de tentar nos submeter a uma nova ordem, pretendem cortar nossos direitos históricos.

É urgente uma reação a este ataque contra nossos direitos históricos

MÉXICO REBELDE

Insurreição popular em Oaxaca acirra crise política, social e institucional

Manifestações começaram em maio com exigência de aumento de salário para **professores**

No marco da profunda crise aberta no regime com a fraude eleitoral por meio da qual se levou Felipe Calderón a vencer Lopez Obrador nas eleições presidenciais mexicanas, surge no Estado de Oaxaca, no sul do país, um importante processo de luta, até recentemente pouco noticiado na imprensa internacional.

Desde o começo deste ano a população do Estado mexicano de Oaxaca vem tomando as ruas. As manifestações tiveram início em 22 de maio e começaram por exigir aumento de salário para professores.

Em junho, o governo de Ulises Ruiz Ortiz, do PRI (Partido Revolucionário Institucional), tentou desalojar violentamente o acampamento com ajuda da polícia estadual. Em resposta, milhares de trabalhadores, camponeses, estudantes e a população dos bairros pobres da cidade solidarizaram-se com os professores. A realização de um massivo levante popular derrotou o governo.

Na ocasião, Ulises ficou paralisado. A população, por sua vez, organizou a APPO (Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca) que se transformou, de fato, em um poder paralelo e levantou a bandeira do "fora Ulises". Desde então, o governador organizou uma série de provocações com bandos que resultaram numa intervenção armada



O poder dos trabalhadores e do povo da Comuna de Oaxaca se sustenta sobre a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que reúne cerca de 365 organizações operárias e populares e define cada passo da luta

em Oaxaca e na morte do jornalista norte-americano Brad Will, além do desaparecimento de dezenas de pessoas.



O governo federal de Vicente Fox entrou em ação e enviou a Polícia Federal Preventiva (PFP), criada com ob-

jetivo de reprimir conflitos sociais, para invadir a cidade no dia 27 de outubro. Apesar de ocupar a praça, a repressão não conseguiu desmobilizar a APPO. No dia 2 de novembro, a população repeliu a ofensiva da polícia e a impediu a tomada da Universidade Benito Juárez, ocupada por estudantes e trabalhadores.

O governo Fox vacilou durante meses em intervir em Oaxaca e "nacionalizar" o conflito. Isso porque temia repercussões negativas durante a batalha eleitoral entre o candidato presidencial de seu partido, Felipe Calderón, e o opositor Andrés López Obrador, do PRD (Partido da Revolução Democrática). Após as eleições também encontrou dificuldade para esmagar a mobilização, pois o governo viu-se diante de uma profunda crise institucional, iniciada após as denúncias de fraude nas eleições presidenciais. O governo federal então resolveu esperar mais um pouco e, uma vez anunciada a "vitória" do candidato governista, resolveu intervir em Oaxaca.

Congresso da APPO

No último dia 15 de novembro, a APPO realizou um congresso que reuniu mais de duas mil pessoas e aprovou a manutenção do "fora Ulises". O congresso confirmou a existência de uma ampla van-

guarda combativa que sustentou a luta contra a PFP. Entre as principais resoluções aprovadas está a formação de



um Conselho Popular com 260 pessoas.

O congresso também aprovou um plano de ação para recuperar o centro de Oaxaca e obrigar a abandonar a região. A data de retomada das mobilizações foi o dia 25 de novembro, mas já no dia 20 foram registrados confrontos entre ativistas da APPO e a polícia.

A outra ponta da crise

O outro lado da crise mexicana começou depois das fraudulentas eleições presidenciais realizadas em 2 de julho e que deram a "vitória" para Calderón, candidato da direi-

ta tradicional e do governista PAN (Partido da Ação Nacional).

Há um vasto histórico de fraudes eleitorais no país. Por mais de 70 anos o PRI manteve-se no poder em função desse mecanismo. Desta vez, as fraudes foram denunciadas pelo candidato opositor López Obrador. De julho a 14 de setembro a capital mexicana foi tomada por bloqueios de ruas e avenidas, um acampamento na principal praça e protestos que reuniram milhões em protestos contra a fraude.

Mesmo com o país dividido, a justiça eleitoral decidiu "reconhecer" a vitória de Calderón. Desde então Obrador, que tinha convocado os protestos anteriores, resolveu não chamar nenhuma manifestação pública. Apenas no dia 20 de novembro – aniversário da Revolução Mexicana de 1910 – o opositorista convocou um grande ato para "tomar posse no seu governo paralelo".

O conservador tentará realizar um governo a serviço dos patrões e dos interesses dos Estados Unidos – país com o qual tem total sintonia, inclusive sobre o tema da imigração de mexicanos para o vizinho do norte.

Situação revolucionária

O sentimento de mudança no México tem particular relevância depois do fim da ditadura civil do PRI. Por mais de 70 anos, esse partido esteve no poder. Nos anos 80 e 90, o PRI adotou a política neoliberal imposta pelos EUA, privatizou a grande maioria das empresas estatais e acabou com a reforma agrária e com direitos dos camponeses conquistados na Revolução de 1910.

O regime ditatorial do PRI acabou em 2000, quando o partido perdeu as eleições presidenciais para o PAN, que se tornou a nova opção política da burguesia mexicana e do imperialismo frente à decadência do PRI. O PAN apelou para a mesma fraude eleitoral e reprimiu violentamente os trabalhadores para defender os interesses dos grandes burgueses mexicanos e do imperialismo.

A Comuna de Oaxaca

Em Oaxaca, a polícia não circula, o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa estão tomados, assim como a maioria dos órgãos de imprensa como rádios, postas a serviço da heróica luta dos trabalhadores e do povo, configurando na capital do Estado uma verdadeira comuna.

O poder dos trabalhadores e do povo da Comuna de Oaxaca se assenta sobre a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que reúne cerca de 365 organizações operárias e populares e que define cada novo passo da luta pela renúncia do governador e nas barricadas que controlam territorialmente a cidade. Enquanto as barricadas continuam se colocando firmes em sua disposição de resistir a uma possível ofensiva repressiva, milhares de oaxaquenhos, que marcharam durante dias de Oaxaca à Cidade do México, se encontram acampados em frente ao Senado, pressionando pela queda de Ulises Ruiz, e despertando a simpatia e a solidariedade de muitos trabalhadores da capital mexicana que há pouco se manifestavam massivamente contra a fraude eleitoral.

MEDIDA PALIATIVA

Governo pretende melhorar educação aumentando tempo de permanência na escola

SED não formulou ações preliminares que garantissem processo de transição adequado

Ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola em um país em que a grande maioria não estuda mais de cinco anos é sem dúvida uma medida que pode contribuir para que a educação deste país avance para patamares minimamente aceitáveis. Entretanto, uma medida desta magnitude jamais pode ser implantada de forma imediatista, pois há questões muito mais prioritárias que precisam ser resolvidas na educação brasileira, que vive uma crise, em termos qualitativos, sem precedentes.

Último lugar

Um, entre vários retratos desta crise, foi apresentado por uma reportagem do jornalista Gustavo Ioschpe na revista *Veja*, de 26 de julho de 2006, onde revela que apenas 26% da população brasileira é alfabetizada plenamente e apenas 23% conseguem resolver um problema matemático que envolva duas operações (dados

formação em nível de ensino fundamental, conforme dados do MEC/INEP. Em 1996, eram mais de 150 mil. Temos também milhares de professores com formação em nível médio que atuam neste mesmo nível ou de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, segundo esta mesma fonte neste caso são mais de 190 mil.

Problemas históricos

Diante destes dados estarecedores, será que ampliar um ano de permanência dos estudantes em escolas com estruturas precárias, com falta de materiais didáticos, com professores mal pagos, em muitos casos mal formados e trabalhando em péssimas condições, com salas superlotadas, contribuirá para resolver a crise que está instalada na educação do nosso país? Será que antes de tomarmos tal medida não seria mais razoável desencadear uma série de políticas que buscassem resol-

um amplo debate nacional sobre o financiamento da educação e o comprometimento de todas as esferas públicas com a solução da atual crise da educação, é no mínimo questionável. Isso demonstra que a preocupação central é com a imagem e não com uma transformação concreta da situação preocupante que vive a escola pública do nosso país. Ampliando um ano do ensino obrigatório é possível que haja um aumento na média de escolarização da população em geral, assim como uma provável diminuição dos graves índices de repetência nas séries iniciais do ensino fundamental, com isso "melhora-se" o Índice de Desenvolvimento Social do país, reforçando assim sua imagem interna e externamente, independentemente da péssima qualidade desta escolarização. É o governo federal transferindo responsabilidades e contabilizando politicamente.

SC: ações irresponsáveis e imediatistas

Em Santa Catarina, a iniciativa do governo estadual não foi diferente, apesar de no início criticar a medida do governo federal. Portanto, suas ações também são irresponsáveis e imediatistas. Pior, há total falta de clareza do que realmente se pretende com esta medida. Mesmo tendo a lei dado o prazo para que se implementasse até 2010, o governo estadual iniciará já em 2007 o ensino fundamental de nove anos. Como tem sido a prática corrente deste governo, introduziu esta medida sem conversar com os principais interessados: os trabalhadores em educação. Tal atitude só poderia acarretar em diversos problemas.

Entre estes, podemos citar o fato de que, em 2011, não teremos turmas de 5ª séries com a atual grade curricular e, em 2015, não teremos turmas de 1º ano do ensino médio, ou seja, os professores que trabalham com estas turmas poderão ficar sem regência de classe caso o Estado não tome alguma medida que solucione esta questão. É problemático também o fato da Secretaria

de Educação (SED) ter anunciado, ou melhor, decretado, que não haverá reprovação na primeira série do ensino fundamental em 2006. Esta atitude fere o sistema de ensino do

Estados, dos trabalhadores em educação e da escola a estas mudanças, pois não houve discussão nenhuma sobre as suas conseqüências. Além disso tudo, não se reorganizou

Será que não seria mais razoável desencadear uma série de políticas que buscassem resolver os problemas históricos e estruturais?

Estado – o qual reza que a progressão do aluno será através de aprovação ou reprovação, e não através da progressão automática como quer o governo. Ao concretizar tal atitude estará decretando antecipadamente a reprovação na segunda série de todas as crianças que seriam reprovadas na primeira série, a não ser que tome uma atitude para remediar esta provável situação.

Outro problema se refere às crianças que em 2007 completarão sete anos. Ao ingressarem no ensino fundamental de nove anos, elas só irão concluir com 15 anos e não com 14 como delimita a legislação, caso não sejam reprovados. A solução dada pela SED é permitir que estas crianças progridam para a 2ª série no meio do ano de 2007, o que necessariamente causará uma série de transtornos para a criança, para a escola, para os professores e para os registros legais referentes à escolarização destas crianças.

Formação para os trabalhadores

Além disso, o governo não garantiu, até o momento, formação para os trabalhadores em educação submetidos a esta mudança e - pior - não promoveu nenhuma discussão sobre a reorganização da grade curricular que necessariamente será modificada para adequar o currículo à ampliação do ensino fundamental em um ano e a entrada de crianças com seis anos de idade nesta modalidade de ensino.

Enfim, o governo não pensou ações preliminares que garantissem um processo de transição e adequação dos es-

e nem se construiu novos espaços pedagógicos, como também não se adquiriu materiais didáticos e nem se elaborou uma proposta pedagógica para este novo ano do ensino fundamental. Estamos apenas convivendo com discursos abstratos e medidas regulatórias quase que semanais, de acordo com os problemas que vão sendo percebidos, isto só comprova o quanto a SED vem atuando de forma atropelada. Em outras palavras, todos estes problemas são resultados do imediatismo e da irresponsabilidade da medida que se está tomando por parte do governo federal e estadual.

Este tipo de atitude em relação a educação no Brasil não é novidade, basta lembrarmos da Lei 5.692, na época da ditadura, quando se institucionalizou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau, ou a implantação do avanço progressivo na década de 80 em nosso Estado, ou ainda, mais recentemente, a implantação das "classes de aceleração" e a divisão do ensino médio em fases, entre muitas outras.

Enquanto a educação for tratada com desrespeito e autoritarismo, jamais em nosso país teremos uma educação de qualidade. É preciso dar um basta a estas práticas e para isso precisamos fortalecer nossa categoria, ampliando a organização e buscando o apoio da sociedade em geral. Precisamos também nos articular com todas as organizações da sociedade civil comprometidas com construção de uma sociedade que não esteja assentada nas leis do mercado e na dominação de uma classe sobre outra.

Uma medida deste porte jamais pode ser implantada de forma imediatista. Há questões mais prioritárias para serem resolvidas

do Instituto Paulo Montenegro). Na última avaliação feita pelo MEC do ensino fundamental, segundo o jornalista, novamente ficou constatada a situação desesperadora da nossa educação.

Ele cita como exemplo o fato de que "55% do alunado (4ª série) estava em situação crítica ou muito crítica na área de leitura e só 5% tinham desempenho adequado". Para reforçar a sua tese de que a educação brasileira está falida, Gustavo ainda cita a última edição do teste Pisa da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que testou jovens de 15 anos de 40 países. Neste teste, "amargamos o último lugar em matemática, o penúltimo em ciências e o 37º em leitura". Outro dado que comprova a situação de calamidade da nossa educação se refere ao fato de que atuam em nosso país como professor milhares de profissionais que possuem apenas

ver os problemas históricos e estruturais apontados acima?

Infelizmente, a opção do governo federal e estadual foi de novamente tomarem uma atitude meramente paliativa e, em certa medida, autoritária. Paliativa porque não resolve e pode até piorar os problemas estruturais que tornam a educação no Brasil uma das piores do mundo. E autoritária porque os professores que vão trabalhar com estas crianças, que ingressarão no ensino fundamental com um ano de antecedência, não foram envolvidos nas discussões sobre esta mudança. Isto demonstra claramente que ambos os governos não estão comprometidos com a educação pública deste país.

Preocupação com a imagem

A aprovação de uma lei por parte do governo federal que praticamente não implica em aumento dos seus gastos, sem

CAMPANHA

Trabalhadores em educação devem garantir **eleição** para diretor de escola

Se governo não empossar diretores eleitos, SINTE vai realizar protestos regionais e na Capital

A eleição para direção de escola sempre foi uma bandeira de luta do magistério. Nas duas últimas greves, em setembro de 2004 e maio de 2006, o governo se comprometeu em implantar esta forma de escolha dos diretores. Chegou até definir, na última greve, data limite para encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei acordado entre o SINTE e a Secretaria de Educação (SED), que foi elaborado já em 2005. Diante do não cumprimento dos acordos de greve, assinados pelo governo, o magistério catarinense, em Assembleia Estadual, deliberou impulsionar o processo de eleição para direção de escola independente da aprovação da lei, através de uma ampla campanha estadual. Esta campanha, com camisetas, cartazes e adesivos deve se tornar um marco na luta pela democratização dos espaços da escola.

Compreendemos que ao desencadear este processo estaremos contribuindo para avançar, qualificar e democratizar ainda mais as relações do conjunto da comunidade escolar.

O processo eleitoral no interior de uma instituição educativa deve necessariamente assumir um caráter pedagógico. Neste sentido, deve contribuir para a formação política dos trabalhadores em educação, dos estudantes e da comunidade envolvida. Para tanto, deve promover o debate público em cima de projetos de gestão e não a partir de simples nominatas ou meras candidaturas. E, acima de tudo, é preciso que todo o processo seja pautado pela ética e respeito mútuo, evitando o aliciamento do voto mediante vantagens e favorecimento pessoal.

Em outras palavras, todo trabalhador em educação que se propõe a fazer parte deste processo como candidato a direção da escola precisa estar ciente das suas responsabilidades com a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, com a valorização do magistério. No momento atual, isto significa assumir categoricamente uma posição contrária a reforma do nosso Estatuto e Plano de Carreira, pois impõe grandes



perdas a nossa categoria. Neste sentido, é de fundamental importância que se apresente um plano de gestão que possua propostas concretas para os problemas enfrentados no cotidiano escolar e na nossa categoria.

Gestão x financiamento público

A importância da discussão de uma proposta de gestão está também relacionada ao fato de que este tema vem ganhando amplos espaços nas políticas públicas para a educação. Em Santa Catarina, o Pró-gestão é um exemplo, entre outros. Isso não ocorre por acaso: as agências internacionais, entre elas a UNESCO e o Banco Mundial, têm exigido investimentos nesta área como condição para liberar financiamentos. Os investimentos devem seguir, é claro, a linha política defendida por estes órgãos. Qual é a lógica da gestão defendida por estas instituições? Basta ver os cadernos do Pró-gestão, é a lógica da descentralização e desresponsabilização do Estado com a educação, em outras palavras, transfere-se determinados poderes de decisão

para as comunidades locais comprometendo-as com a manutenção e funcionamento das escolas. Vale ressaltar que estas decisões se restringem a elementos periféricos do sistema educacional. Exatamente por isso que as chamadas "parcerias" pública-privadas e o trabalho voluntário vêm ganhando cada vez mais importância.

A luta por eleições diretas não pode se eximir desta discussão. Para o SINTE, gestão democrática nas escolas deve servir essencialmente para organizar os trabalhadores na luta por uma educação pública de qualidade, gratuita e financiada exclusivamente pelo Estado, pois cobra impostos abusivos para isso.

Eleição participativa

Nunca é demais lembrar que ao desencadearmos o processo de eleição na escola devemos estar cientes de que, por não existir uma legislação, a posse dos eleitos só será garantida com o envolvimento e mobilização da comunidade escolar, portanto, desde o início deve-se buscar a ampla participação da comunidade, deixando transparente que a posse não se dará de forma simples e imediata. Todos os envolvidos no processo precisam ter claro que a posse será fruto da luta, do enfrentamento com o governo que tentará impor seus apadrinhados políticos. Para que esta luta se fortaleça, o SINTE está orientando as regionais à unificarem, quando houver mais de uma escola realizando o processo, todas as escolas nesta luta pela posse.

A idéia é organizar um ato público no final do processo em todas as regionais que realizaram eleições em frente a GECT (Gerências de Educação, Ciência e Tecnologia), entregando toda a documentação que comprova a lisura do processo e exigindo a posse dos eleitos.

Caso estes atos não sejam suficientes para garantir a posse, foi deliberado pela nossa Assembleia Estadual que, no início do ano letivo de 2007, será organizado um ato estadualizado em Florianópolis. Nesse evento, o SINTE entregará ao governo documento exigindo a posse, se ainda assim o governo não acatar nossa reivindicação, deliberamos que as aulas não iniciarão nas escolas onde os eleitos não foram empossados.

Processo eleitoral nas escolas deve ter um caráter pedagógico

Visite www.sinte-sc.org.br

◆ FILIAÇÃO ◆ ◆ COLUNA DA SEMANA ◆◆ FOTOS DA GREVE ◆◆ ELEIÇÃO PARA DIRETORES ◆